



## Conselho de Saúde do Distrito Federal

### ATA DA QUADRINGÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, por videoconferência, em  
2 atendimento ao Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, realizou-se a Quadringéssima  
3 Sexagésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A  
4 Reunião contou com a participação da *Presidente do CSDF, Jeovânia Rodrigues Silva, da*  
5 *Secretária Executiva do CSDF, Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante, dos conselheiros*  
6 **segmento gestor:** *Osnei Okumoto, Petrus Leonardo Barron Sanchez, Raquel Beviláqua Matias da*  
7 *Paz Medeiros Silva, Christiane Braga Martins de Brito, Cristiano Alves Sayão Filgueira, Lauanda*  
8 *Amorim Pinto, Melina Romanini Mairinque Soares, Carlos Humberto Spezia, Alexandre Garcia*  
9 *Barbosa, Carlos Wilson de Andrade Filho; dos conselheiros segmento trabalhador:* *Marcos Moura*  
10 *Santos, Francisco José Rossi, Robson Saraiva Ferreira Souto, Márcio da Mata Souza, Jefferson de*  
11 *Sousa Bulhosa Júnior, Humberto de Oliveira Lopes, Rozangela Fernandes Camapum, Isaires*  
12 *Florenço de Souza, Newton Cleiton Batista, Maria Arindelita Neves de Arruda; dos conselheiros*  
13 **segmento usuário:** *Vera Lúcia Bezerra da Silva, Rosilda Martins Cardoso, Paulo Martins Vieira,*  
14 *Rubens Bias Pinto, Silvestre Araújo, Domingos de Brito Filho, Verônica Maria Almeida Campos, Jaira*  
15 *Leite Ramos, Júlia Luz Camargos Mesquita, Luís Carlos Macedo Fonseca, Raimundo Nonato Lima,*  
16 *Darly Dalva Silva Máximo, Teresinha de Jesus Pantoja Henrique, Lourdes Cabral Piantino.*  
17 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 09h02. **Item 01 –**  
18 **Expediente – Pedidos de licença e justificativa de faltas dos Conselheiros –** Secretária  
19 Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, anunciou as justificativas de ausência à 462ª RO recebidas  
20 no CSDF: Conselheiros Raimundo Ferreira e João Elias, além da Conselheira Fátima Rôla. **Pedidos**  
21 **de inclusão de matéria na ordem do dia da próxima Reunião Ordinária do CSDF –** Conselheiro  
22 **Rubens** questionou quanto ao Plano Diretor de Saúde Mental, que estava marcado para essa  
23 reunião de fevereiro. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, informou que o  
24 plano foi acolhido pelos gestores, aprovado na sequência rotineira dos órgãos técnicos da SES no  
25 Colegiado SAIS e a última validação que o plano recebe, no âmbito da gestão é do Colegiado de  
26 Gestão. Disse que ele já está pautado para ser apresentado ao Colegiado de Gestão e somente  
27 após aprovação e validação nesse Colegiado é que ele vem ao Controle Social. Disse que é por  
28 essa razão que não está na pauta, pois permanece nesse último momento do processo para receber  
29 a validação do Colegiado de Gestão. Conselheiro **Rubens** questionou em relação à reunião  
30 Extraordinária do IGESDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, respondeu  
31 que em novembro de 2020 foi realizada uma reunião com participação do então Diretor Presidente  
32 do IGESDF, elaborado um rol de questionamentos encaminhados pelas entidades, aberto um  
33 processo SEI, aprovada uma reunião extraordinária para que em 23 de fevereiro de 2021 a diretoria  
34 do IGESDF retornasse ao Conselho para prestar os esclarecimentos. Porém foi surpreendida na  
35 última semana com a quarta troca ao longo de pouco mais de dois anos da Diretoria Presidência do  
36 IGESDF. Disse que, assim, muito dificilmente essa nova gestão estará em condições de vir ao CSDF  
37 trazendo as devolutivas, embora no âmbito administrativo o processo esteja correndo e tramitando  
38 nas áreas técnicas. Disse que a Mesa Diretora decidiu pela necessidade da inclusão na pauta para  
39 aprovar que, no dia 23 de fevereiro, se faça a reunião extraordinária que já está aprovada com a  
40 reunião dos temas de planejamento ficando mantida, e esta do IGESDF postergada para o dia 09 de  
41 março, no período vespertino, abrindo o tema como inclusão de pauta. **Pedidos de inclusão, na**  
42 **ordem do dia, de assunto emergencial devidamente justificado e aprovado por maioria –**  
43 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, propôs inclusão emergencial para a  
44 pauta sobre a reunião extraordinária do IGESDF. Conselheiro **Raimundo Nonato** propôs a inclusão  
45 sobre a vacinação das PVHA – pessoas vivendo com HIV/AIDS. Conselheira **Jeovânia Rodrigues**  
46 **Silva**, Presidente do CSDF, lembrou que o assunto está contemplado no item 4. Conselheiro  
47 **Rubens** solicitou a inclusão de uma recomendação referente à PNAISP. Conselheira **Jeovânia**  
48 **Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, disse que o item 11 é referente à PNAISP onde o tema

49 poderá ser tratado. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, compilou as  
50 solicitações efetuadas. Disse que o pedido do Conselheiro Rubens está contemplado pelo item 11, o  
51 do Conselheiro Raimundo Nonato está contemplado no item 4, a dúvida do Conselheiro Newton foi  
52 esclarecida. Disse que o pedido de inclusão da Mesa Diretora é que se faça uma definição quanto à  
53 manutenção da data da reunião extraordinária, que já está aprovada para o IGESDF, ou se será  
54 postergada em virtude das substituições que ocorreram recentemente naquela diretoria presidência  
55 Disse que a Mesa Diretora aguarda a Conselheira Jaira encaminhar para o Conselheiro Marcos o  
56 pedido de inclusão que ela deseja propor. **Manifestação ou pronunciamento dos Conselheiros**  
57 **inscritos** – Conselheiro **Silvestre** questionou quais os gestores presentes na reunião. Conselheira  
58 **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, disse que essa informação pode ser verificada na  
59 aba lateral da tela, que mostra os participantes na medida em que os mesmos acessam à reunião.  
60 Conselheiro **Silvestre** disse que a Associação dos Deficientes de Taguatinga está com uma lista de  
61 mais de 80 pessoas, desde 2019, que estão na regulação, e já passaram pela UBS e fizeram os  
62 exames. Disse que foi colocado em reunião passada que se teria um acesso para verificação da  
63 posição na lista, porém isso não foi disponibilizado. Disse que se não obtiver resposta irá ao  
64 Ministério Público. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, disse que desde a  
65 recomposição da gestão sempre os gestores tem participado das reuniões do CSDF. Conselheiro  
66 **Raimundo Nonato** informou que no dia quatro de fevereiro de 2021 houve uma reunião do Conselho  
67 do IGESDF e ele próprio participou, como representante do CSDF no Conselho de Administração.  
68 Disse que foi uma reunião muito tensa e árdua e conseguiu tirar o Presidente Paulo Ricardo em  
69 função de muitas respostas que ele não deu além de outras questões. Conselheiro **Jefferson**  
70 lembrou que o Conselho de Saúde foi contrário à criação do IGESDF e desde então não se teve  
71 um momento de boas notícias do IGESDF, má gestão, desvio, salário altíssimo, mordomia, cartão  
72 corporativo. Opinou que está na hora de dar um basta. Disse que se tem que apelar para o Ministério  
73 Público, Câmara Legislativa, para acabar com essa porcaria, essa ladroagem, essa mordomia.  
74 Conselheira **Vera Lúcia** agradeceu à Jeovânia e a Mesa Diretora do CSDF. Agradeceu ao  
75 Conselheiro Raimundo Nonato e a Maria Teresa pelo trabalho realizado no IGESDF. Agradeceu ao  
76 Secretário de Saúde e toda a gestão da SES pois, desde que o IGESDF foi criado, foi a primeira vez  
77 que todos os diretores, secretários e toda a cúpula da SES estava presente no Base, e isso deu uma  
78 grande confiança no Secretário e sua equipe em saber que eles estão juntos para tentar melhorar a  
79 situação do usuário. Informou que já foram feitas quatro exonerações, a do Superintendente, do  
80 Presidente, do SIOP e outra que não se recorda. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente  
81 do CSDF, informou as atividades feitas pelo CSDF no período de recesso. Disse que há uma  
82 movimentação para se romper a barreira do CSDF não conseguir executar os seus programas de  
83 trabalho. Agradeceu a possibilidade de, pela primeira vez, uma emenda parlamentar, garantida pela  
84 Deputada Arlete Sampaio, ser direcionada ao Conselho de Saúde para melhoria aos Conselhos  
85 Regionais de Saúde, sublinhando a importância do fato. Agradeceu à SUPLANS pela orientação  
86 para se vencer esse obstáculo. Registrou o trabalho para realização dos cursos que não foram  
87 possíveis serem realizados no ano passado, com o estabelecimento de parcerias importantes com a  
88 EAPSUS, FIOCRUZ e o Conselho Nacional de Saúde. Disse que a orientação para atualização de  
89 Regimentos Internos que será ponto da pauta, portanto não entrará nos informes, e tem sido também  
90 um avanço importante e fundamental para que o Controle Social se torne cada vez mais efetivo.  
91 Informou que teve uma reunião na semana passada com membros da Controladoria Geral do DF no  
92 sentido de uma parceria com esses órgãos de controle. Frisou que as comissões conforme área  
93 temática de cada uma, busquem também essas parcerias. Passou a palavra aos gestores.  
94 Conselheiro **Domingos**, como questão de ordem, questionou como ficam as 930 contratações que  
95 sequer é sabido se elas realmente cabem e algumas delas, inclusive, com salário lá em cima.  
96 Questionou se elas serão mantidas, opinando que não deveriam. Conselheira **Teresinha** questionou,  
97 a respeito da emenda parlamentar, quem irá executar. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**,  
98 Presidente do CSDF, respondeu que o Conselho não é ordenador de despesas e nem Unidade  
99 Orçamentária. Disse que é um processo lento, que precisa ser iniciado para alcançar esse outro  
100 nível, onde haja avanço nesses aspectos relacionados aos programas de trabalho que são  
101 estabelecidos para o CSDF. Disse que é um processo inicial, uma ruptura, que precisa da  
102 mobilização de todos. Conselheiro **Osnei Okumoto**, Secretário de Estado de Saúde do DF,  
103 parabenizou o Conselheiro Raimundo pela sua participação na reunião do Conselho de  
104 Administração do IGESDF. Estranhou a fala do Conselheiro Silvestre pois, desde o seu retorno, em  
105 todas as reuniões ordinárias e extraordinárias esteve presente, tendo que sair eventualmente em  
106 algumas reuniões por outros compromissos. Disse que a mudança para o PO700 foi por processo  
107 licitatório, menor preço e melhor qualificação, e todos conheciam o prédio antigo que a SES estava

108 funcionando, que oferecia condições insalubres de trabalho. Disse, em relação ao IGESDF, que as  
109 pessoas que foram contratadas recentemente não deverão permanecer no IGESDF, são quase mil  
110 recém contratados e, além disso, se estava em um processo muito grande de diminuição do quadro  
111 que já existia quando se retornou para a SES e esse quadro vai ser muito enxuto pois não existe a  
112 possibilidade do Instituto funcionar com essa capacidade imensa de contratados que existem hoje.  
113 Disse que a possibilidade de se ter uma folha proporcional que haja investimentos e pagamentos das  
114 dívidas existentes. Disse que estará sempre a disposição do Conselho para falar do Instituto.  
115 Conselheiro **Petrus** disse que o Sistema de Regulação é o SISREG, se está vinculado ao Ministério  
116 da Saúde, são apresentadas as falhas próprias do SISREG com a sua dificuldade de adentrar o  
117 banco de dados. Disse que se teve em 2019 o aplicativo ASAS, que dava a possibilidade do usuário  
118 acompanhar o andamento da sua solicitação. Disse que se teve instabilidade no sistema no  
119 Ministério da Saúde, DATASUS, foi feita nova solicitação para adentrar ao banco de dados, extrair  
120 esses dados para que se pudesse trabalhar fora do SISREG, e agora se está encaminhando para  
121 um processo junto ao Ministério da Saúde para novamente obter essa extração de dados. Disse que  
122 se tem, pelo sistema utilizado, dificuldades para acessar e poder expor de uma maneira transparente  
123 ao usuário como está a sua situação de vinculação ao aguardo da sua solicitação. Lembrou que  
124 foram liberados acessos para órgãos de controle, como o Ministério Público, com uma senha que  
125 seria característica de senha de teleatendente, não dando muita permissão para acompanhar e ver a  
126 condição do paciente. Disse que, de uma maneira muito pontual, cada usuário que queira ver a sua  
127 condição pode, ou por meio do acesso a uma UBS junto ao profissional de saúde que tenha uma  
128 senha de maior permissão, acessar o andamento da sua solicitação, ou por meio da ouvidoria da  
129 SES vinculada ao Complexo Regulador, que tem uma alta taxa de resposta. Lembrou que realmente  
130 não se teve a redução da lista de cirurgias eletivas, pelo contrário, o período do COVID impôs um  
131 acréscimo, um aumento da lista de espera por uma cirurgia eletiva visto que se teve suspensão  
132 destas em 29 de junho do ano passado e a liberação completa somente agora em 1 de fevereiro de  
133 2021. Disse que nesse período aos poucos foi se avançando na liberação gradativa de algumas  
134 cirurgias. Lembrou que no ano passado se teve, em uma avaliação de produção mensal, com dados  
135 até novembro, a segunda maior produção mensal de cirurgias hospitalares no histórico do DF e  
136 muito desse quantitativo é vindo do entorno, sendo necessário um pacto interfederativo com o  
137 Estado do Goiás. **Ordem do dia - Item 02 – Aprovação das Atas 457ª RO, 458ª RE, 459ª RE, 460ª**  
138 **RO e 461 RE** - Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**,  
139 Presidente do CSDF, informou que no envio do e-mail com as atas para apreciação dos conselheiros  
140 ocorreu um problema técnico e a ata referente a 459ª RE não foi encaminhada. Secretária Executiva  
141 do CSDF, **Andressa Cristina**, apresentou a solicitação do Conselheiro Domingos para retificação da  
142 ata referente a 460ª RO. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, colocou em  
143 votação a aprovação das atas 457ª RO, 458ª RE, 460ª RO e 461ª RE. Foram aprovadas as atas por  
144 maioria de votos, com duas abstenções, do Conselheiro Marcos Moura e da Conselheira Teresinha.  
145 **Item 03 – Apresentação e aprovação da Pauta da 462ª Reunião Ordinária do CSDF** -  
146 Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do  
147 CSDF, expôs a pauta da 462ª RO do CSDF para aprovação, com duas opções: 1) aprovação da  
148 pauta original; 2) aprovação da pauta com a proposta da Mesa Diretora de inclusão nova data da  
149 reunião extraordinária sobre o IGESDF. Foi aprovada a pauta com a inclusão solicitada, por 14 votos  
150 favoráveis, dois pela pauta original, do Conselheiro Marcos Moura e da Conselheira Rozangela, e  
151 demais abstenções pelo não registro do voto. **Item 04 – Portaria MS 3248/2020 e campanha de**  
152 **vacinação contra COVID-19.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Apresentação: Gestão.  
153 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, citou a Portaria MS 3248/2020, que  
154 estabelece critérios de incentivo e aportes financeiros para as redes de frios nos Estados e no  
155 Distrito Federal considerando a campanha de vacinação da COVID 19. Registrou o acolhimento, por  
156 parte da Gestão da SES, ao ofício do Conselho de Saúde que solicitava uma revisão dos critérios  
157 estabelecidos na circular nº 1 e prontamente a Gestão da SES fez essa revisão, definindo, no dia 25  
158 de janeiro, uma reestruturação dos critérios, conforme demanda do Conselho mesmo em recesso.  
159 **Fernando Erick**, Coordenador da Atenção Primária, apresentou ao pleno o Plano de  
160 Operacionalização da Campanha de Vacinação contra a COVID-19. Registrou a disponibilização da  
161 apresentação feita aos conselheiros. Apresentou os números da COVID-19 no DF, os objetivos  
162 gerais e específicos, população-alvo, vacinas utilizadas na campanha, rede de vacinação do DF,  
163 operacionalização da campanha, criação do Comitê Gestor de Operacionalização da campanha no  
164 DF, processo de deliberação do Comitê, dados populacionais para a tomada de decisão pelo Comitê,  
165 dados populacionais para tomada de decisão do Comitê e distribuição dos doses, modalidades de  
166 vacinação, eventos adversos pós vacinação, retaguarda assistencial em eventos adversos pós

167 vacinação. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, citou a proposta do  
168 vacinômetro, trazido pelo Sr. Fernando, que está avançando os grupos técnicos, para agregar  
169 informações ao que já existe do Infosaúde, reforçando, em especial, o papel dos Conselhos  
170 Regionais de Saúde. Disse que o Conselho Regional de Odontologia do DF havia impetrado  
171 mandado de segurança em razão dos colegas Cirurgiões-Dentistas, da rede privada, ainda não  
172 vacinados. Reconheceu que o cenário atual ainda é de escassez das doses, portanto uma  
173 necessidade muito cautelosa e muito difícil na organização dos critérios de subdivisão desses grupos  
174 prioritários. Disse que observou a posição no organograma da SES/DF da Atenção Primária à Saúde  
175 como um pouco frágil, enquanto coordenação. Opinou que, do ponto de vista de gestão e  
176 gerenciamento, o tempo resposta seria mais rápido nas tomadas de decisão se tivesse uma APS no  
177 *status* de Subsecretaria e, assim, conversando hierarquicamente diretamente com outras  
178 Subsecretarias, com a Vigilância, que é a principal parceria na pandemia, em um mesmo *status* de  
179 gestão. Conselheiro **Rubens** criticou pontualmente as filas que foram induzidas, em especial à  
180 população mais idosa. Citou a escassez das vacinas. Disse que é fundamental a busca de maneira  
181 mais ativa vacinas contra a COVID-19. Conselheiro **Raimundo Nonato** citou as PVHA, pessoas com  
182 imunidade mais baixa, que deveriam ter prioridade na vacinação. **Fernando Erick** respondeu quanto  
183 ao acesso às vacinas dos idosos, que houve um problema pontual no início da vacinação mas que  
184 estão sendo tomadas providências. Respondeu ao Conselheiro Raimundo Nonato, informando que  
185 anotou a demanda e levará para discussão no Comitê. Disse que se está trabalhando para resolução  
186 dos problemas de escassez de vacinas. Conselheiro **Osnei Okumoto**, Secretário de Estado de  
187 Saúde do DF, teceu comentários sobre o excesso de procura no início da vacinação, pela ansiedade  
188 da população, porém houve procedimentos para resolução da questão e hoje não se observa mais  
189 acúmulo de pessoas para receber a vacina. Disse que conversou com o Instituto Butantã, Pfizer e a  
190 Sputnik para aquisição de vacinas para o DF, porém o Programa Nacional de Imunização detém a  
191 autoridade para realizar a compra e distribuição das vacinas. Comentou acerca da vacina Sputnik,  
192 dizendo que está muito esperançoso que seja liberado logo a vacina. Conselheiro **Petrus** lembrou  
193 que se tem um público muito grande para vacinação. Disse que se tem que pensar bastante sobre a  
194 aquisição de imunizante de forma própria, lembrando que nenhuma unidade conseguiu realizar tal  
195 aquisição. Abordou temas específicos ao acesso a vacina no DF. Conselheira **Rozangela** questionou  
196 o porque o DF não realiza uma campanha de publicidade acerca da importância da vacinação além  
197 de mostrar a ordem de vacinação dos grupos. Disse que acha fundamental acompanhar o Plano  
198 Nacional de Imunização e criticou a gestão do Ministério da Saúde na aquisição de vacinas.  
199 Defendeu o início do diálogo para compra de vacinas. Conselheiro **Newton** questionou porque  
200 somente a metade dos servidores do Hospital de Base foram vacinados e se existe a previsão da  
201 distribuição das vacinas. Questionou quanto à vacinação da rede privada, se há previsão.  
202 Conselheiro **Jefferson** disse que se tem que evitar a questão das influências externas, tanto política  
203 quanto financeira, que o fato da rede privada poder comprar é complicado. Manifestou preocupação  
204 com a questão do entorno, que as pessoas serão vacinadas em Brasília não sendo moradores.  
205 Opinou que não deve haver diferenciação entre trabalhadores da saúde pública e privada.  
206 Conselheiro **Osnei Okumoto**, Secretário de Estado de Saúde do DF, disse que está em constante  
207 conversa com a SECOM – Secretaria de Comunicação do Governo – com vistas à publicidade. Disse  
208 que no Hospital de Base foram feitas cerca de três mil vacinações porém não houve uma  
209 programação entregue, do Hospital de Base para a SES, para que se pudesse realizar a  
210 complementação das doses de todos os profissionais que ali estão. Disse que o agendamento será  
211 realizado por grupos. Comentou sobre o entorno, que lá não havia previsão para as vacinas para os  
212 idosos e então esses vieram para o DF receber a vacina. Disse que não faz distinção entre o público  
213 e o privado, porém se tem o controle das vacinas e quem é vacinado. Disse que irá continuar  
214 observando as questões epidemiológicas e vai manter o cronograma. Conselheiro **Petrus**  
215 complementou as informações em referência aos idosos e profissionais de saúde. Comentou sobre  
216 falhas ocorridas no fornecimento das listagens pelos hospitais privados. Conselheira **Júlia Luz**, *via*  
217 *chat*, questionou acerca da imunização de estudantes em período de estágio que lidam  
218 especificamente no tratamento da COVID-19. Conselheiro **Carlos Spezia** disse que já se tem um  
219 agenda para sexta-feira próxima com representantes dos alunos, o Dr. Petrus e ele próprio. Disse  
220 que está seguindo as orientações do Comitê. Conselheiro **Carlos Wilson** informou que apenas 165  
221 profissionais de saúde da UTI do Hospital da Criança foram vacinados. Sugeriu que o Comitê  
222 estabeleça critérios para higienização e depuração das listas. Conselheiro **Petrus** respondeu acerca  
223 da depuração das listas e critérios adotados. Conselheiro **Marcos Moura** disse que está oferecendo  
224 à SES as instalações das entidades médicas, em especial a Associação Médica de Brasília, para  
225 vacinar os médicos e ajudar a desafogar os postos de vacinação como uma maneira de agilizar a

226 vacinação dos médicos de Brasília, porém a SES está relutante em aceitar a oferta. Solicitou ao  
227 Secretário de Saúde para que ceda a essa solicitação. Disse, com relação aos médicos e diversos  
228 profissionais da saúde que são residentes, não estão sendo contemplados na vacinação e fez um  
229 apelo para que sejam contemplados na vacinação. Disse que os profissionais de saúde das clínicas  
230 privadas também são expostos a pacientes com COVID-19, mesmo não sendo da emergência, e  
231 estendeu o apelo para vacinação dessa categoria. Conselheiro **Paulo Martins** questionou sobre a  
232 vacinação dos indígenas que não estão em aldeias, além dos cuidadores. Questionou sobre o *drive*  
233 *thru*, se estão preparados para eventos adversos. Conselheiro **Luís Carlos** opinou que a SES deve  
234 publicizar a campanha de vacinação. Conselheiro **Newton** questionou se o lote de vacinas recebido  
235 domingo será destinado aos profissionais de saúde, e quando virá um outro lote. Conselheiro **Osnei**  
236 **Okumoto**, Secretário de Estado de Saúde do DF, respondeu que a medida que vão chegando as  
237 doses das vacinas vai se atendendo os profissionais de saúde de acordo com os critérios já citados  
238 pelo Dr. Petrus. Disse que os residentes estão sendo atendidos por essa vacinação. Disse, em  
239 relação aos indígenas, que foram realizadas três visitas nas localidades aonde eles estarão para que  
240 se possa fazer a vacinação deles. Disse que muitos desses indígenas migraram, nesse período de  
241 vacinação, para as suas aldeias normais, e isso dificulta de se ter um número exato de vacinação  
242 que se tinha e quanto foi executado naquele momento. Disse que os *drive thrus* estão preparados  
243 para fazer o atendimento em relação as reações adversas. Disse, quanto à publicidade, que já foi  
244 feita uma menção em relação a se conversar com a SECOM para que se tenha essa melhoria nas  
245 informações. Disse, em relação ao agendamento da segunda dose, que está previsto e será  
246 realizado. Disse que chegando as vacinas se continuará o atendimento a todos os profissionais de  
247 saúde, de todos os pacientes acima de 79 anos, de todos os pacientes que entraram no telecovid,  
248 que já está se realizando o agendamento para o atendimento. Conselheiro **Petrus** detalhou pontos  
249 referentes a definições dos grupos de vacinação e procedimentos a serem adotados. **Fernando**  
250 **Erick** reforçou os dois locais de coleta de informações de dados que é o *síte* da Secretaria de Saúde  
251 e o InfoDF. Disse que o residente entrou na contagem desde a segunda circular, salvo engano, e o  
252 que vem se discutindo é a questão do interno. Disse, com relação ao agentes comunitários de saúde,  
253 que foi lançada ontem a campanha do enfrentamento das arboviroses e foi mencionada essa  
254 questão da fase final de contratação da banca da prova do contrato temporário de mil agentes, sendo  
255 quinhentos agentes comunitários de saúde e quinhentos agentes de vigilância ambiental.  
256 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, registrou a ansiedade, presente na  
257 maioria das falas, por falta de uma clareza na normativa, reconhecendo a escassez de doses, mas  
258 com a necessidade de que traga minimamente as sequências de públicos a serem contemplados,  
259 independente da baixa disponibilização de doses, e que ao mesmo tempo oferte transparência  
260 quanto às progressões nas quais os grupos serão imunizados, como falado anteriormente, trazendo  
261 uma maior tranquilidade e reconhecendo que ainda é o primeiro grupo mas impõe a necessidade de  
262 subdividi-lo. Manifestou preocupação com a questão de “má-fé” eventual que ocorreu nos primeiros  
263 dias da vacina, chamando a atenção que a vacinação começou na manhã do dia 19 e a circular só  
264 saiu no dia 19 à noite, o que geriu alguns ruídos. **Item 05 – Apresentação das Resoluções 534 e**  
265 **535 ad referendum**. Coordenação: Mesa Diretora. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**,  
266 Presidente do CSDF, registrou a necessidade de apresentação ao pleno de duas resoluções, de nº  
267 534 e 535, publicadas *ad referendum*, apresentando-as em seguida ao plenário. Explicou que as  
268 resoluções foram publicadas nos dias 25 e 27 de janeiro de 2021 em virtude da necessidade de  
269 readequações visando corrigir conflitos normativos. Apresentou em seguida as justificativas para a  
270 publicação das resoluções. Explicou que trata-se de adequações necessárias aos regimentos do  
271 CSDF e Conselhos Regionais de Saúde visando a conformidade com as normas legais vigentes.  
272 Apresentou as mudanças efetuadas, pontualmente, justificando-as. Citou o PL 1549/2020, que fora  
273 apresentado ao CSDF, a respeito da alteração da Lei 4.604, para que não se perca de vista, no  
274 debate da alteração dessa lei, toda essa reestruturação necessária aos regimentos internos. Disse  
275 que o Controle Social continuará participando do debate, e que a pauta já foi levada à Presidência da  
276 Comissão de Educação, Saúde e Cultura da CLDF, para continuar acolhendo essas falas e debates  
277 por parte do Conselho. Disse que há um compromisso na realização de audiências públicas e que o  
278 Conselho continue sendo ouvido e opinando nessa construção. Colocou-se em seguida à disposição,  
279 junto com a Mesa Diretora, para responder às dúvidas dos conselheiros. Conselheira **Rozangela**  
280 parabenizou à Presidente Jeovânia pela iniciativa de organizar e regularizar as divergências  
281 existentes entre a lei, decretos e regimentos internos. Informou que a Deputada Arlete Sampaio  
282 assumiu a Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara, sendo a Presidente agora em 2021,  
283 já avocou para ela a relatoria do Projeto de Lei 1549 de 2020, que estava com o Deputado Jorge  
284 Vianna em 2020, e já se comprometeu a aguardar uma proposta do Conselho de Saúde desde que

285 seja apresentada em tempo breve. Disse que se comprometeu também a realizar audiência pública  
286 se o Conselho considerar importante a sua realização antes da deliberação final. Propôs um  
287 encaminhamento acerca de como se dará essa discussão no CSDF sobre esse PL do Executivo.  
288 Conselheiro **Luís Carlos** sugeriu a convocação de uma assembleia com todos os Conselhos  
289 Regionais para adequação dos regimentos internos. Conselheiro **Rubens** opinou que é preciso  
290 debater como se dá a inclusão de categorias profissionais e grupos sociais na eleição do CSDF.  
291 Conselheiro **Raimundo Nonato** questionou, em relação à reformulação da Lei 4.604, se as  
292 instituições foram contempladas ou vai haver retirada de instituições já vigentes dentro dos  
293 Conselhos. Conselheiro **Jefferson** disse que foi criado um grupo e as divergências que houveram  
294 foram sem princípio, que seria da 8.142, então se forem observados os princípios não haverá  
295 divergência. Disse que é contra a Mesa fazer, opinando que deve ser criado um grupo baseado em  
296 critérios legais. Criticou a inamovibilidade da forma que está na Lei, opinando que se deve discutir a  
297 mudança da Lei e não a adequação dos regimentos. Manifestou-se contrário a realização de  
298 assembleias, opinando que a Mesa Diretora deve dirigir os trabalhos. Conselheira **Arindelita**  
299 concordou com as falas da Conselheira Rozangela, Rubens e Luís Carlos. Opinou que, em seu  
300 entendimento pessoal, foi muito ruim o PL 1549, para alteração da Lei 4.604. Disse que é necessária  
301 uma discussão mais aprofundada acerca do tema. Fez um apelo à gestão para que esse PL seja  
302 retirado para uma melhor discussão do controle social. Conselheiro **Domingos** esclareceu que  
303 somente se colocou como pauta a publicação das resoluções e já foi gerada uma grande discussão.  
304 Frisou que o princípio são as Leis Orgânicas, a 4585 e a 4604. Sugeriu também a participação da  
305 DICOS nas discussões. Conselheiro **Paulo Martins** concordou com as colocações da Conselheira  
306 Arindelita e questionou, em relação à impossibilidade de participação em dois conselhos, a partir de  
307 quando essa norma vai vigorar. Questionou quais as entidades poderão participar do CSDF.  
308 Conselheira **Rozangela** opinou que o melhor encaminhamento é o executivo retirar o PL. Disse que  
309 o CSDF poderia solicitar oficialmente a retirada e, caso não ocorra a retirada, o agendamento para a  
310 reunião de março ou uma extraordinária para discussão do tema com os conselheiros. Conselheiro  
311 **Rubens** encaminhou a elaboração de uma recomendação do CSDF ao Governador e ao Secretário  
312 de Saúde solicitando a retirada do PL da pauta da CLDF. Propôs, em relação ao IGESDF, que se  
313 realize uma reunião extraordinária em abril para debate. Conselheiro **Jefferson** defendeu a indicação  
314 do SINDSAÚDE. Manifestou-se contrário a uma reunião extraordinária para discussão do PL.  
315 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, respondeu a algumas sugestões  
316 propostas. Disse que, nesse bloco de reinscrições, houve um certo alinhamento onde as propostas  
317 se convergem: 1) retirada formal dessa pauta por parte do Executivo, sendo por uma recomendação  
318 do CSDF; 2) mobilização para um debate ampliado, possivelmente até uma plenária popular, a ser  
319 conduzida pelo CSDF, desmembrando após essa plenária em uma eventual reunião extraordinária,  
320 em março ou abril, para que se possa chegar a um debate do próprio plenário; 3) caso não haja um  
321 acolhimento da recomendação por parte do Executivo, garantir a participação do Conselho nesse  
322 debate na Câmara Legislativa, resgatando o GT ou com Mesa Diretora acolhendo o trabalho até o  
323 ponto em que o GT já fez aprimorando-o, mas garantindo a participação em audiências públicas e  
324 debates dos mais diversos. Esclareceu que, em relação a uma eventual assembleia unificada, não  
325 existe a previsão para a realização desse tipo de instrumento. Comentou, em relação à proposta do  
326 Conselheiro Jefferson, referente ao período de inamovibilidade, que não se pode no regimento do  
327 CSDF divergir do que a Lei fala, porém não há impedimento em se realizar uma mobilização junto ao  
328 Executivo ou a Câmara para ajuste dessas normas. Encaminhou em seguida: 1) aprovar as  
329 resoluções que foram apresentadas; 2) encaminhar a aprovação de uma recomendação do CSDF  
330 para que o Executivo retire em definitivo da pauta da CLDF o PL 1549 de 2020 que vai debater a Lei  
331 4604 que rege a organização do Conselho de Saúde; 3) ampliar os debates sobre o assunto, realizar  
332 planárias populares e, a depender desses debates, agrupar as propostas para que em uma reunião  
333 extraordinária do Conselho, em março ou abril, trazer de volta ao CSDF o debate; 4) se a  
334 recomendação não obtiver êxito e o PL continuar tramitando em caráter de urgência, que se faça a  
335 definição de como se fará a participação do Conselho. Solicitou a aferição do quórum presente à  
336 reunião, sendo contabilizados 23 Conselheiros presentes. Colocou em votação a aprovação das  
337 resoluções 534 e 535, já publicadas *ad referendum*, nos dias 25 e 27 de janeiro de 2020. Aprovada  
338 com 20 votos favoráveis e 3 abstenções. Conselheiro **Jefferson**, como questão de ordem, solicitou a  
339 Secretária do CSDF a verificação dos conselheiros aptos a votar. Conselheira **Jeovânia Rodrigues**  
340 **Silva**, Presidente do CSDF, respondeu ao conselheiro. Colocou em seguida em votação, em bloco,  
341 os três encaminhamentos que surgiram do debate: 1) aprovar uma recomendação do CSDF para  
342 que o Executivo retire o PL 1549 da Câmara; 2) aprovar a realização de uma reunião extraordinária  
343 para o debate no CSDF, sendo previamente realizadas plenárias populares nas regiões com

344 conselhos regionais; 3) aprovar a continuidade do debate junto à Comissão de Saúde, Educação e  
345 Cultura, seja pela Mesa Diretora ou grupo de trabalho, assegurando que o CSDF esteja em  
346 permanente debate junto à Câmara. Propôs ainda, já que o terceiro ponto tem dois caminhos, que a  
347 Mesa faça o debate acolhendo tudo o que o GT já fez, acolhendo a proposta final que o GT  
348 apresentou, mesmo que naquela ocasião não tenha ocorrido a deliberação final no plenário, no  
349 intuito de tornar mais célere, sem prejuízo ao debate amplo que está assegurado no item 2, com as  
350 plenárias populares e a reunião extraordinária. Resumiu então que se fecharia o encaminhamento  
351 em bloco pela aprovação da recomendação, das plenárias populares com a realização de uma  
352 reunião extraordinária em março ou abril, e a continuidade da pauta seguindo toda essa  
353 programação com a Mesa tratando com a Comissão de Saúde, Educação e Cultura. Conselheiro  
354 **Marcos Moura** efetuou leitura de solicitação da Conselheira Jaira: “Pauta para março: mês dedicado  
355 à luta das mulheres por melhores condições de trabalho. Sugiro aos cavalheiros desse Conselho que  
356 tomem iniciativa para valorizar através de uma moção de apoio e valorização pela dedicação às  
357 causas sociais a uma conselheira de cada segmento em nome de todas, segmento gestão,  
358 trabalhadoras e usuárias, em especial um nome que possa representar a todas do Conselho  
359 Regional, DF e Conselho Nacional. Razão dessa homenagem: fortalecimento das mulheres dos  
360 Conselhos de Saúde e valorização de seu desprendimento, já que a participação é voluntária”. Disse  
361 que é uma solicitação da Conselheira para que seja incluída na reunião de março. Conselheira  
362 **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, não viu óbices ao acolhimento da solicitação e  
363 direcionou à Conselheira Jaira a elaboração da minuta dessa moção. Encaminhou em seguida a  
364 votação em bloco dos itens: 1) aprovação da recomendação para retirada do PL por parte do  
365 Executivo; 2) encaminhamento da realização de plenárias populares e reunião extraordinária do  
366 CSDF para debater o tema do PL; 3) proposta de que o debate na Câmara Legislativa seja  
367 assegurada a participação do Conselho via Mesa Diretora acolhendo a íntegra da proposta do GT; 4)  
368 moção de apoio pelo 8 de março, proposta pela Conselheira Jaira. Aprovado o encaminhamento por  
369 maioria de votos. Lembrou que foi aprovada uma inclusão de pauta com necessidade de votação,  
370 que é a reunião do IGESDF, e todos os demais itens ficam automaticamente sobrestados para a  
371 reunião do mês de março. Conselheiro **Paulo Martins** questionou quando ele terá de optar em ficar  
372 no CSDF ou no CRS do Gama. Questionou se a sua entidade está apta a continuar a participar do  
373 CSDF. Concordou com o Conselheiro Rubens que a reunião extraordinária pode ser em abril.  
374 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, respondeu que com relação à  
375 legitimidade da entidade, ela está publicada em diário oficial como membro do CSDF e não há o que  
376 questionar à participação. Respondeu, com relação ao período de substituições, que a partir da  
377 publicação da resolução, que foi dia 25 de janeiro de 2021, as entidades tem um ano para atender ao  
378 dispositivo da Lei. Conselheiro **Jefferson** arguiu quanto ao número de votantes e abstenções.  
379 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, respondeu que foram 20 presentes,  
380 sendo que 14 manifestaram-se pela aprovação, 4 não se manifestaram e portando foi registrado  
381 como abstenção. Passou em seguida à inclusão de pauta, o debate acerca da manutenção ou não  
382 da reunião extraordinária do dia 23 de fevereiro para tratar de questões relacionadas ao IGESDF.  
383 Encaminhou a manutenção da reunião no dia 23 de fevereiro ou, considerando a situação de  
384 substituição do Diretor Presidente do Instituto, a mudança da data da realização dessa reunião  
385 extraordinária para o dia 09 de março de 2021, no período vespertino. Conselheira **Rozangela** retirou  
386 a sua proposta da manutenção da reunião em fevereiro. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**,  
387 Presidente do CSDF, encaminhou para votação a proposta de suspensão da reunião extraordinária  
388 sobre o IGESDF do dia 23 de fevereiro de 2021 para o dia 09 de março de 2021, no período  
389 vespertino. Aprovada a proposta com 13 votos favoráveis e 6 abstenções, com 19 conselheiros  
390 presentes. Agradeceu a presença de todos e comunicou que em virtude do avançado da hora os  
391 itens da pauta de hoje, de 6 a 12 ficam automaticamente postergados para a reunião ordinária do  
392 mês de março. A 462ª RO foi encerrada às 13h53. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de  
393 Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros.  
394 Brasília, 09 de fevereiro de 2021.

JEOVÂNIA RODRIGUES SILVA

Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

OSNEI OKUMOTO

Conselheiro titular - Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

PETRUS LEONARDO BARRON SANCHEZ

Conselheiro suplente - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

RAQUEL BEVILÁQUA MATIAS DA PAZ MEDEIROS SILVA

Conselheira suplente - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

LAUANDA AMORIM PINTO

Conselheira suplente – Instituto de Cardiologia do DF - ICDF

MELINA ROMANINI MAIRINQUE SOARES

Conselheira titular - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

CHRISTIANE BRAGA MARTINS DE BRITO

Conselheira suplente - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

CRISTIANO ALVES SAYÃO FILGUEIRA

Conselheiro titular - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

CARLOS HUMBERTO SPEZIA

Conselheiro titular - Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência de Saúde do Distrito Federal  
- FEPECS

ALEXANDRE GARCIA BARBOSA

Conselheiro titular - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

CARLOS WILSON DE ANDRADE

Conselheiro suplente - Hospital da Criança de Brasília.

FRANCISCO JOSÉ ROSSI

Conselheiro Titular - Associação Médica de Brasília - AMBR

MARIA ARINDELITA NEVES DE ARRUDA

Conselheira suplente – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal - ABEn-DF

MARCOS MOURA SANTOS

Conselheiro titular – Sindicato dos Médicos do Distrito Federal – SINDMÉDICO/DF



ROBSON SARAIVA VIEIRA SOUTO

Conselheiro suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – AACCS/DF

MÁRCIO DA MATA SOUZA

Conselheiro titular - Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal – SEDF

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR

Conselheiro suplente – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES

Conselheiro titular - Conselho Regional de farmácia do DF – CRF/DF

ROZANGELA FERNANDES CAMAPUM

Conselheira suplente – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal – SODF

ISAIRES FLORENÇO DE SOUZA

Conselheiro suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – AACCS/DF

VERA LÚCIA BEZERRA DA SILVA

Conselheira titular - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

NEWTON CLEITON BATISTA

Conselheiro titular - Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal – SINDATE-DF

SILVESTRE ARAÚJO

Conselheiro titular – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais – ABIDS

DOMINGOS DE BRITO FILHO

Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal – MISMEC/DF

VERÔNICA MARIA ALMEIDA CAMPOS

Conselheira titular - Pastoral da Saúde do Distrito Federal

JAIRA LEITE RAMOS

Conselheira suplente - Pastoral da Saúde do Distrito Federal

ROSILDA MARTINS CARDOSO

Conselheira suplente – Rede Feminina de Combate ao Câncer.

JÚLIA LUZ CAMARGOS MESQUITA

Conselheira suplente – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília – CASCO/UnB Ceilândia

RUBENS BIAS PINTO

Conselheiro titular – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES

LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA

Conselheiro titular – Associação dos Aposentados e Pensionistas e Idosos da Previdência Social do Distrito Federal e Entorno – ASAPREV/DF

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO

Conselheira titular – Associação dos Cidadãos Solidários aos Movimentos Populares – CMP/DF

PAULO MARTINS VIEIRA

Conselheiro suplente – Associação dos Deficientes do Gama e Entorno - ADGE

RAIMUNDO NONATO LIMA

Conselheiro titular - Associação Brasiliense de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris

TERESINHA DE JESUS PANTOJA HENRIQUE

Conselheira titular – Cooperativa Central Base de Apoio do Sistema Ecosol no Distrito Federal Base Brasília LTDA – ECOSOL BASE BRASÍLIA

LOURDES CABRAL PIANTINO

Conselheira titular – Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - ABDV